

De Usuario Bgh

Yeah, reviewing a books De Usuario Bgh could increase your near connections listings. This is just one of the solutions for you to be successful. As understood, talent does not suggest that you have fantastic points.

Comprehending as without difficulty as deal even more than other will find the money for each success. neighboring to, the proclamation as capably as perception of this De Usuario Bgh can be taken as capably as picked to act.

Ciberdelitos Gustavo E. Aboso 2022-04-11 Durante la Pandemia por COVID-19, la delincuencia informática aumentó en un 300% en la República Argentina. Esta obra colectiva nuclea trabajos de reconocidos autores, publicados en el Suplemento de Derecho Penal y Procesal Penal -dirigido por el Dr. Gustavo E. Aboso-, sobre aspectos sustanciales y procesales de los ciberdelitos e incluye una gran selección de jurisprudencia sobre el tema. El lector interesado en adentrarse en esta compleja realidad, podrá hacerlo a través de una prolija clasificación de las cuestiones principales y más controvertidas. La estafa informática, la clonación de tarjetas de crédito y débito, el phishing, el hackeo de datos, el sabotaje informático, la nueva regulación del delito de distribución de material de abuso sexual infantil y la controvertida incorporación de la tenencia para autoconsumo punible, la pornovenganza, el sexting, el acceso no autorizado a comunicaciones telemáticas, el ciberbullying, el lavado de activos por medio de criptomonedas, son solo algunos de los temas abordados en esta obra de innegable actualidad.

La carga de mitigar el daño BEATRIZ. EXTREMERA FERNANDEZ 2022-03

Dinamis 1970

Anuario de derecho civil 1997

Plural 1987

Derecho Privado de Internet Pedro A. de Miguel Asensio 2022-01-17 Esta sexta edición proporciona un estudio actualizado del régimen jurídico de Internet y las actividades desarrolladas a través de las redes digitales. Junto a las alternativas de regulación de Internet, reciben especial atención cuestiones como: los servicios de la sociedad de la información, las plataformas en línea y las redes sociales; el régimen de responsabilidad por contenidos ilícitos en Internet; la protección de datos personales; las prácticas comerciales desleales y las restricciones a la publicidad y el comercio de ciertos productos y servicios, como los juegos de azar; los nombres de dominio y los identificadores en Internet; la protección de las patentes, los secretos empresariales y las marcas; la tutela de la propiedad intelectual, incluyendo el tratamiento de los buscadores, redes P2P, sitios de enlaces y plataformas para compartir contenidos en línea; las firmas electrónicas y servicios de confianza para las transacciones electrónicas; la contratación en redes digitales, valorando las obligaciones de información previa, las implicaciones del empleo de condiciones generales y las particularidades de la contratación de consumo y de la comercialización en línea de contenidos y servicios

digitales, así como el desarrollo de mecanismos extrajudiciales de solución de controversias.

The Foundations of European Private Law Roger Brownsword 2011-09-19 There remains an urgent need for a deeper discussion of the theoretical, political and federal dimensions of the European codification project. While much valuable work has already been undertaken, the chapters in this volume take as their starting point the proposition that further reflection and critical thought will enhance the quality and efficacy of the on-going work of the various codification bodies. The volume contains chapters by representatives of the Common Frame of Reference, the Study Group and the Acquis Group as well as by those who have not been involved in particular projects but who have previously commented more distantly on their work - for instance those belonging to the Trento Group, and the Social Justice Group. The chapters between them represent the most comprehensive attempt so far to survey the state of the codification project, its theoretical, political and federal foundations and the future prospects for enforcement and compliance.

Herança Digital - TOMO 01 Aline de Miranda Valverde Terra 2022-09-27 Há algum tempo, temos nos deparado com inúmeros desafios que os bens digitais vêm apresentando. Entender esse novo universo que representa parte da vida de quase todos os brasileiros, as projeções das identidades na Internet, o trato adequado do patrimônio digital, fazem despertar a consciência da necessidade de tutela jurídica a esses novos tipos de bens e direitos... afinal, a pandemia fez com que se tornasse tênue a separação da vida online da offline – se é que ela ainda existe. Ante a ausência de legislação específica que trate do tema, a tarefa do intérprete é um juízo de adequação aos instrumentos normativos existentes, a fim de se investigar a necessidade de termos leis talhadas para esses bens que, embora possam facilitar a aplicação do arcabouço normativo, podem não ser construídas com a argúcia necessária que os novos ativos requerem. Se as repercussões desses novos bens durante a vida dos seus titulares ainda carecem de estudos, o que dirá seus efeitos post mortem. O ponto de partida dessa reflexão é a tarefa de delimitar o acervo transmissível pelas regras do direito sucessório: todos os dados se transmitem ou apenas aqueles com natureza patrimonial ou dúplice? É dado aos herdeiros conhecer todas as situações jurídicas digitais nas quais o titular da herança está inserido ou faz-se necessário redimensionar a ideia de privacidade, projetando-a para uma tutela post mortem? É preciso avançar para além dessas perguntas – mesmo elas sendo essenciais para que haja uma base sólida desse instituto jurídico, comumente chamado de herança digital – a fim de se pensar em efeitos mais específicos que ele gera, formas de avaliação, como deve ser feita sua tributação, se serviços de streaming estão no âmbito do patrimônio transmissível, como qualificar o direito de acesso nessa seara e enfrentar muitos outros problemas em que essa situação jurídica repercute. Foi em razão dessas inquietações que esse livro nasceu. Entre outras afinidades, a busca pelas respostas a essas controvérsias uniu as coordenadoras, há algum tempo. Por isso, esse projeto foi pensado a partir de problemas que pudessem ser estudados com a maior seriedade por esse time de autores comprometidos com o desenvolvimento de uma dogmática civilista séria, útil e coerente. É nesse sentido que a presente obra se debruça sobre temas diversos, como tecnologia e morte, bens digitais, regulação da herança digital, direito de acesso, streaming, exploração econômica de perfis de pessoas falecidas, direito ao esquecimento, inteligência artificial, tutela póstuma dos direitos da personalidade, aspectos processuais, testamento virtual, legítima, dentre outros. Embora essa iniciativa não esgote o tema, ela apresenta importante passo no amadurecimento da discussão no cenário jurídico. Fica aos leitores o convite para o debate, a fim de que possamos avançar na proposição de soluções para as polêmicas que os bens digitais apresentam ao ordenamento brasileiro. Agradecemos a editora Foco por mais uma vez estar conosco em nossos projetos e a todos os autores que abraçaram esse desafio. Ana Carolina Brochado Teixeira Livia Teixeira Leal

A (In)transmissibilidade da herança digital na sociedade da informação Júlia Schroeder Bald Klein 2021-10-26 A única certeza da vida é a morte, fato jurídico que acometerá todo e qualquer ser humano, sem distinção. Tratar da sucessão causa mortis sempre foi um assunto

indigesto. Atualmente, com a cibercultura e as inovações tecnológicas, até mesmo a repercussão da morte ganhou novas conotações. A concepção clássica do instituto do inventário reconfigura-se a partir da herança digital. Se no passado recente, suceder, inventariar e partilhar bens estava delimitado à herança de pessoas mais abastadas e relativamente mais velhas, a herança digital vem democratizar os procedimentos de inventário e de partilha, abarcando sujeitos de todas as classes sociais, étnicas, gêneros e idades. Diversas pessoas podem não ter bens imóveis, veículos e contas bancárias milionárias, mas é alta a probabilidade de possuírem uma conta em rede social e bens digitais dos mais variados tipos. A herança de bens digitais é uma realidade cada vez mais tangível na sociedade e reflexões em torno da sua (in)transmissibilidade se mostram impreteríveis.

Las obras del espíritu y su originalidad Clara Ruipérez de Azcárate 2012-01-01 El derecho de autor ofrece su protección a aquellas creaciones que exteriorizan cierta originalidad. ¿Qué quiere decir que una obra del espíritu sea original? ¿Quién y cómo se debe trazar esa línea divisoria que marca la frontera entre aquello que se protege y aquello que debe permanecer al margen de la protección ofrecida por la propiedad intelectual? La presente obra analiza el concepto de originalidad y su reflejo en cada tipo de creación del espíritu, ofreciendo una serie de conclusiones y reflexiones que pretenden avanzar en el esclarecimiento de la determinación del objeto protegido por el derecho de autor. Para ello, se estudia, de manera metódica, la forma en la que el carácter original se plasma en cada tipo de creación, así como el modo en que cada obra expresa su individualidad y la originalidad que alcanza cada una de ellas teniendo en cuenta la práctica doctrinal y judicial, tanto en nuestro país como más allá de nuestras fronteras.

Raíces 1971

Reforming Corporate Retail Investor Protection Diane Bugeja 2019-12-12 The spate of mis-selling episodes that have plagued the financial services industries in recent years has caused widespread detriment to investors. Notwithstanding numerous regulatory interventions, curtailing the incidence of poor investment advice remains a challenge for regulators, particularly because these measures are taken in a 'fire-fighting' fashion without adequate consideration being given to the root causes of mis-selling. Against this backdrop, this book focuses on the sale of complex investment products to corporate retail investors by drawing upon the widespread mis-selling of interest rate hedging products (IRHP) in the UK and beyond. It brings to the fore the relatively understudied field concerning the different degrees of investor protection mechanisms applicable to individual retail investors – as opposed to corporate retail investors – by taking stock of past regulatory reforms and forthcoming regulatory initiatives as well as, more importantly, the conclusions reached by the judiciary in IRHP mis-selling claims. The conclusions are particularly interesting: corporate retail investors are in a vulnerable position when compared to individual retail investors. The former are exposed to a heightened risk of mis-selling, meaning that regulatory intervention should be targeted accordingly. The recommendations made as a result of these findings are further supported by insights emerging from behavioural law and economic theories. This book is aimed at researchers, lawyers and students with an interest in the financial regulation field who are keen to explore potential regulatory reforms to the investment services regime that address the root causes of mis-selling, and restore a level playing field amongst all retail investors.

Rechtsdurchsetzung und Prozess, Globalisierung und Digitalisierung Stefan Grundmann 2021-09-14 Rechtsdurchsetzung, Globalisierung und digitaler Raum ist in aller Munde. Brasilien ist eines der ersten Länder, das gegen systematische Nutzung von Big Data zulasten bestimmter Kundengruppen vorgeht. Die Europäische Union gilt als Vorreiter für Privatschutz in einem globalisierten digitalen Raum. Viel breiter jedoch bildet die Digitalisierung auch im Bereich der Rechtsdurchsetzung das allesbeherrschende Thema unserer Zeit. Der Band versammelt die Vorträge zum Thema aus den letzten beiden Jahrestagungen der Deutsch-Lusitanischen Juristenvereinigung in Porto und Karlsruhe.

La Economía argentina

2001

Derecho civil III. El contrato Fernando Hiestrosa 2007-01-04 El sumario o tabla de materias atrae por su plenitud y la sistematización lógica. Anuncia una exposición completa. La lectura de este volumen seduce, y su estudio estimula, despierta curiosidad, exige reflexión, en un momento en que los principios del derecho de los contratos en los distintos sistemas jurídicos son objeto de análisis comparativo, la contratación internacional demanda una plataforma común, el tráfico económico busca sencillez y celeridad, proclive al pragmatismo, en tanto que la doctrina ha de contribuir a mantener la razonabilidad y la coherencia del derecho en todas sus manifestaciones, comenzando por la legislación y la jurisprudencia. La obra del profesor se convirtió en un texto clásico, que ha recibido el favor del público, como lo demuestran sus dos ediciones y catorce reimpresiones a lo largo de menos de veinte años.

Instituciones de Derecho Privado. Tomo III. Obligaciones y Contratos. Volumen 4o Victor M. Garrido de Palma 2021-09-27 El Consejo General del Notariado y la editorial Thomson Reuters Aranzadi presentan la nueva edición de las INSTITUCIONES DE DERECHO PRIVADO, de las que este volumen es uno de los primeros en ver la luz. Después del éxito de la anterior edición, un considerable número de notarios han aceptado el reto de poner al día, de actualizar y dar el salto cualitativo que exige la realidad del tiempo presente. Este es el objetivo de las INSTITUCIONES, toda una referencia para el estudioso del Derecho privado desde que las puso en marcha Don Juan Francisco Delgado de Miguel. Hoy el testigo de aquel proyecto, hecho realidad en los primeros años del siglo XXI, lo asume Don Víctor Manuel Garrido de Palma. Hoy, como ayer, el objetivo es realizar el estudio en profundidad de todas las instituciones básicas del Derecho Privado y ello conforme a la sistemática clásica: Persona, Reales, Obligaciones y Contratos, Familia, Sucesiones y Derecho Mercantil. Siempre ante la realidad social en la que cala hondo el Notariado español por su experiencia profesional diaria. La obra se dirige al profesional del Derecho: Notarios Jueces, Abogados, Profesores de Universidad y Opositores fundamentalmente; Y es que considera el Notariado que el enfoque y contemplación de las instituciones jurídicas, tal como se vive en el día a día por los notarios, es esencial a fin de dar adecuada respuesta a la problemática que la interpretación y la aplicación de la normativa jurídica plantean. Estamos, en fin, ante una obra emanada del Notariado español y proyectada a quien se interesa por la solución práctica que la realidad depara de los problemas jurídico-privados.

Histonium en su nueva dimension 1969

Fórmula de Radbruch y derecho penal Giuliano Vassalli 2014-04-14 La superación del pasado en la jurisprudencia y en la doctrina alemana de los últimos cincuenta años; La superación del pasado en la experiencia comparada y la singularidad del caso alemán; consideraciones conclusivas.

General Reports of the XXth General Congress of the International Academy of Comparative Law - Rapports généraux du XXème Congrès général de l'Académie internationale de droit comparé Katharina Boele-Woelki 2020-12-17 This book explores convergences of legal doctrine despite jurisdictional, cultural and political barriers, as well as divergences due to such barriers, examining topics that are of vital importance to contemporary legal scholars. Written by leading experts from all continents, its 26 chapters present a comparative analysis of cutting-edge legal issues of the 21st century. While each of the countries covered stands alone as a sovereign state, in a technologically advanced world their disparate systems nonetheless show comparable strategies in dealing with complex legal issues. Several of the chapters show how, in addition to state normative production and state adjudication, a growing panoply of non-state instruments and non-state adjudication are becoming more and more central to the legal field. This book is a key addition to the library of any scholar wanting to keep abreast of the major trends in contemporary law. Representing the current state of law in a vast range of areas, it covers each topic from a comparative perspective. Cet ouvrage, en examinant des sujets d'une importance vitale pour les juristes contemporains, traite des convergences de la doctrine juridique

malgré les barrières juridictionnelles, culturelles et politiques ainsi que des divergences dues à ces barrières. Écrits par d'éminents universitaires de tous les continents, ses 26 chapitres présentent une analyse comparative de sujets juridiques majeurs du 21^e siècle. Dans un monde technologiquement avancé, bien que chaque pays analysé dans cet ouvrage demeure autonome en tant qu'État souverain, l'ensemble des systèmes disparates présente néanmoins des stratégies comparables pour traiter des questions juridiques complexes. En outre, plusieurs chapitres montrent comment, en plus de la production normative et de la résolution des différends étatiques, la panoplie croissante de différents types d'instruments non étatiques et de résolution non étatique des différends devient de plus en plus centrale dans la sphère juridique. Cet ouvrage est un ajout essentiel à la bibliothèque de tout universitaire souhaitant se tenir au courant des principales tendances du droit contemporain. Il couvre un vaste domaine de sujets traités d'un point de vue comparatif et représente l'état actuel du droit dans chaque domaine.

La responsabilidad de los intermediarios en Internet en materia de Propiedad Intelectual Ignacio Garrote Fernández-Díez 2015-02-05 El presente libro aborda una cuestión de la máxima importancia en la actualidad, la de la responsabilidad de los prestadores de servicios en Internet por violaciones de derechos de propiedad intelectual cometidas por los usuarios de sus servicios. Se trata ésta de una cuestión de especial importancia en el entorno de la web 2.0, que se caracteriza porque los usuarios intercambian archivos en la red con ayuda de plataformas económicas y tecnológicas que facilitan sobremanera dicho intercambio, sin que haya sin embargo una repuesta uniforme a nivel internacional. El presente libro aporta una visión de Derecho comparado sobre este asunto, examinando las soluciones legales y jurisprudenciales que existen en quince países distintos, añadiendo además una serie de conclusiones de lege data y de lege ferenda que pretenden dar respuesta a este aspecto sensible y esencial de la regulación jurídica de Internet.

Teoria do domínio do fato Pablo Rodrigo Alflen. 2017-10-06 Em um momento singular da história do direito penal brasileiro, no qual a jurisprudência traduz a necessidade do estabelecimento de critérios seguros para a caracterização da autoria, sobretudo em casos mais complexos como aquelas atinentes ao direitos penal econômicos (a exemplos do famigerado caso ?mensalão?), impõe-se à comunidade jurídica um voltar de olhos à problemática da autoria em direito penal. Em vista disso, com clareza didática e rigor técnico, a obra apresenta uma exposição aprofundada da teoria do domínio do fato. O autor, de forma instigante, aborda as principais vertentes da teoria, seus critérios e sua aptidão para dar respostas à complexa demandam penal contemporânea. E com isso satisfaz um dos reclamos formulados em caráter de maior urgência pelos operadores do direito de todo País.

Revista petroquímica 2006

The Harmonization of Civil and Commercial Law in Europe Gian Antonio Benacchio 2005-10-10 The "Europeanization" of European private law has recently received much scrutiny and attention. Harmonizing European systems of law represents one of the greatest challenges of the 21st century. In effect, it is the adaptation of national laws into a new supra-national law, a process that signifies the beginning of a new age in Europe. This volume seeks to frame the creation of a new European Common Law in the context of recent events in European integration. Engaged in timely and cutting edge research, the authors cast into fine relief the building of a European Common Law. The work is envisioned as a guide and written in a research friendly style that includes text inserts and an extensive bibliography. In particular, this book seeks to orient lawmakers, as well as those individuals interested in EU law, in the intricacies of consumer protection, contractual law, timesharing, and other important aspects in the harmonization of domestic and EU law books. The detailed analysis and research this volume accomplishes is invaluable to those scholars and lawmakers who are the next generation of European leaders.

El Derecho sui generis del fabricante de bases de datos Miguel Ángel Bouza López 2001-01-01 El Derecho Sui Generis del fabricante de Bases de Datos en la Directiva 96/9/CE del Parlamento Europeo y del Consejo de 11 de marzo de 1996. Desde el Derecho del Productor de Bases de

Datos en el derecho alemán al Derecho Sui Genéris del fabricante de Bases de Datos en el Derecho Español. Incluyendo anexos de bibliografía y legislación.

Estudios sobre la ley de propiedad intelectual. Últimas reformas y materias pendientes Bercovitz Rodríguez Cano, Rodrigo Desde la Asociación Literaria y Artística para la Defensa del Derecho de Autor (ALADDA), a la que Rodrigo Bercovitz honra con su pertenencia desde hace muchos años, no podíamos ni queríamos dejar de contribuir al impulso y publicación de esta obra, que reúne un compendio de magníficas contribuciones sobre algunos de los temas -clásicos y modernos- de mayor interés y dificultad en el ámbito de la propiedad intelectual.

The Palgrave Handbook of European Banking Union Law Mario P. Chiti 2019-05-16 This handbook analyses the European Banking Union legal framework focusing on legislative acts (regulations and directives), case law and the resolution procedures. In addition, it will pay attention to the division of responsibilities between the ECB and the national authorities, with special attention to the Single Supervisory Mechanism (SSM) and the Single Resolution Mechanism (SRM). To give a more complete picture, the book will also cover the implementation of European Deposit Insurance Scheme (so called third pillar) still under construction, and appeal to academics, researchers and students of banking and financial law. Mercado 2006

Legal Issues of Mobile Apps Ioannis Iglezakis 2020-05-12 In less than ten years touchscreen smartphones and their apps have created an unprecedented technological revolution. Yet they are rife with serious potential for breaches of privacy and security, and a lack of uniform rules makes navigation of the legal landscape extremely difficult. Addressing this unstable regulatory environment, this concise, practical guide for the first time provides a measure of legal certainty. It examines case law and legislation in Europe and the United States to highlight the rights and obligations of all actors involved in the marketing of mobile apps, bring to light essential principles and recommend some viable solutions. Nine experts, all versed in the latest developments in international and national laws and regulations affecting digital mobile technology, examine such key topics as the following: contract law as applied to the sale and use of smartphone apps; intellectual property rights in mobile apps; protection of users; data protection; European Union (EU) medical device legislation and its safety implications for app users; fitness or wellness apps; apps' collection of personal data; apps as hostile code and malware delivery mechanisms; competition law issues; taxation of mobile apps; liability issues for app developers and distributors; and implications of the EU's new regulatory framework on online platforms. Because it is difficult for a basic user to understand how vulnerable everyday apps can be, and because every new information technology platform delivers new risks along with its benefits, legal practitioners working in a wide variety of fields will be increasingly called upon to engage with both personal and enterprise security and privacy breach cases arising from the use of mobile apps. This deeply informed practical analysis goes a long way toward ensuring appropriate handling of legal issues which arise in the mobile app context. Every practitioner, government official and software developer will welcome this much-needed volume.

Autorresponsabilidade da Vítima e Imputação Objetiva Antonio Carlos Alves Linhares 2020-09-09 A pesquisa investiga hipóteses de contribuições à autocolocação em risco e heterocolocação consentida em risco avaliando fundamentos para a (não) responsabilização de terceiro, a exemplo de disputas automobilísticas desautorizadas mal sucedidas, uso de droga fornecida por outro com resultado danoso à saúde ou vida do usuário, transmissão de agente etiológico de doença letal mediante relação sexual desprotegida, lesões decorrentes de acidentes ocorridos no contexto de caronas fornecidas por condutor visivelmente embriagado e outros. A disposição de direitos foi estudada na perspectiva da teoria dos direitos fundamentais, sobretudo em sua vertente objetiva e ainda conforme o instituto do consentimento do ofendido. São diferenciadas as hipóteses (i) autolesivas daquelas onde se verifica o (ii) consentimento do ofendido quanto ao resultado lesivo da conduta alheia (heterolesão consentida) e ambos os grupos distinguidos daqueles casos consistentes em (iii) manifestação permissiva do ofendido

quanto à participação em situações arriscadas com predomínio de controle da situação mais ou menos acentuado por terceiros (contribuições à autocolocação em risco e heterocolocação consentida em risco). São estudadas e oferecidas soluções fundamentadas na teoria da imputação objetiva roxiniana (funcionalismo teleológico) bem como na teoria da tipicidade conglobante zaffaroniana (funcionalismo redutor).

Jurisprudência comentada dos tribunais alemães Flávia Campos 2021-07-14 Os tópicos escolhidos pela autora para comentar, foram extraídos de casos paradigmáticos, de grande atualidade como, por exemplo, a eficácia dos direitos fundamentais na esfera do direito privado (Caso Lüth), que abre o livro, onde a autora faz importante comentário sobre a decisão do Bundesverfassungsgericht. A atualidade e importância dos julgados comentados estão, ainda, caracterizados pelos temas: o de que homem não pode constar do registro civil da criança como "mãe" porque, segundo o Bundesgerichtshof (BGH), mãe é quem dá à luz, tarefa natural – e materialmente impossível de ser desempenhada pelo homem; iCloud deve disponibilizar aos herdeiros o acesso à conta do falecido; negação do holocausto não é, propriamente, liberdade de expressão; não é de reconhecer-se automaticamente o registro de duas mães no assento de nascimento da criança; planos de saúde devem cobrir custo de inseminação artificial em mulheres maduras; é possível a transmissão de herança digital; médicos são absolvidos por haverem participado de suicídio assistido; BVerfG admite a existência de um terceiro gênero; clínica de inseminação artificial tem o dever de informar a identidade do doador de sêmen; uso de cookies exige consentimento ativo do usuário e não somente passivo, entre outros temas. Como se vê, os temas são modernos, atuais e de grande relevância para o direito privado, razão da grande oportunidade que a autora nos dá a todos, de tomar conhecimento do estágio atual do direito alemão e da jurisprudência sobre os casos mais significativos dessa modernidade. Os comentários da autora são realizados de forma direta e objetiva, quase que em linguagem jornalística, o que dá ao livro a possibilidade de ser lido e entendido pelo público fora do direito, aumentando o espectro de abrangência dos destinatários do texto da Prof.a Karina Nunes Fritz. Há, ainda, duas entrevistas com os juristas alemães Nils Jansen (Universidade de Münster) e Jörg Neuner (Universidade de Augsburg), ambos titulares da cadeira de Direito Civil de suas universidades que falam sobre o direito privado em geral e, mais especificamente, sobre os impactos da pandemia de Coronavírus (COVID-19) na seara do direito privado. O livro, em suma, é de extrema atualidade e, muito embora seja de fácil leitura, os comentários são feitos de forma profunda por quem conhece o direito privado, a doutrina e a jurisprudência alemãs, que é a Prof.a Dr.a Karina Nunes Fritz.

Productos defectuosos y derecho penal Lautaro Contreras 2018-02-20 El autor investiga un aspecto particular de la responsabilidad penal por el producto: el principio de confianza como criterio delimitador del cuidado debido. Asimismo, analiza de qué manera el principio de confianza permite delimitar los deberes de conducta de todos aquellos que intervienen en la fabricación y comercialización de productos. Ofrece también un panorama acerca de los fundamentos del principio, así como de su aplicación en el ámbito del Derecho Penal del tráfico, de la medicina, ambiental y de la construcción.

Redacción económica 1999

Noticias de la semana 1994

Los límites del derecho de autor Ricardo Antequera Parilli 2006-01-01 LOS LÍMITES DEL DERECHO DE AUTOR Carlos Rogel Vide (Coordinador) Ricardo Antequera Parilli José de Oliveira Ascensão Juan Cadarso Palau Antonio Castán Pérez-Gómez Susana Navas Navarro José Miguel Rodríguez Tapia María Serrano Fernández Joaquín Rams Albesa Raquel de Román Pérez Isabel Espín Alba Víctor Vázquez López Abel Martín Villarejo ÍNDICE PRESENTACIÓN I. LOS LÍMITES DEL DERECHO SUBJETIVO Y DEL DERECHO DE AUTOR. (Los "usos honrados", el "fair use" y el "ius usus innocui". El supuesto de abuso del derecho a la no divulgación de la obra. Los límites al derecho de autor y la sociedad de la información), por Ricardo Antequera Parilli I. Introducción (Los derechos subjetivos y sus límites) II. El derecho patrimonial

exclusivo del autor (Los principios generales) III. Las limitaciones al carácter exclusivo del derecho patrimonial del autor (Los supuestos generales) Las licencias no voluntarias El derecho de remuneración por reproducciones para uso personal Las utilidades libres y gratuitas IV. Las limitaciones al derecho exclusivo de explotación y los usos libres y gratuitos de las obras protegidas (Los "usos honrados", el "fair use" y el "ius usus innocui") Los "usos honrados" El "fair use" El "ius usus innocui" V. El supuesto de abuso del derecho a la no divulgación de la obra El abuso del derecho El derecho moral de divulgación El supuesto de abuso del derecho de divulgación en vida del autor El supuesto de abuso del derecho de divulgación en las obras en colaboración El supuesto de abuso del derecho de divulgación después de la muerte del autor VI. Las excepciones o limitaciones al derecho patrimonial en el entorno digital y la sociedad de la información Los principios generales Los límites al derecho de reproducción en el entorno digital El derecho de puesta a disposición de contenidos en las redes digitales y sus límites El derecho de distribución y sus límites VII. Las limitaciones o excepciones relacionadas con la prohibición de eludir las medidas tecnológicas de protección La situación antes de la aprobación de los Tratados de la OMPI La situación a partir de los Tratados de la OMPI II. OS LIMITES DOS LIMITES. A TEORIA DOS TRÊS PASSOS. A TENSÃO ENTRE OS LIMITES DO DIREITO E AS MEDIDAS TECNOLÓGICAS E OUTRAS RELATIVAS À INFORMAÇÃO E A GESTÃO DOS DIREITOS, Por José de Oliveira Ascensão 1. Direito subjectivo e limite 2. Involução 3. Os limites e os autores 4. A génese da regra dos três passos 5. A generalização da regra 6. A Directriz comunitária sobre direitos de autor e direitos conexos na sociedade da informação 7. As reproduções meramente tecnológicas 8. A restrição a casos especiais 9. A falta de significado da previsão 10. Os outros limites dos limites 11. Natureza das regras 12. Os limites no domínio do digital 13. Medidas tecnológicas. Informação para a gestão dos direitos 14. Modus operandi 15. Sanções 16. Observações conclusivas III. SOBRE ALGUNOS LÍMITES DEL DERECHO DE REPRODUCCIÓN: REPRODUCCIONES PARA CONSTANCIA EN UN PROCEDIMIENTO. REPRODUCCIONES PARA USO PRIVADO. LA REMUNERACIÓN COMPENSATORIA POR COPIA PRIVADA. REPRODUCCIONES HECHAS POR BIBLIOTECAS Y ENTIDADES DEL GÉNERO, por Juan Cadarso Palau 1. Introducción 2. Reproducciones para constancia en un procedimiento 2.1. La excepción en la normativa anterior 2.2. La nueva regulación 3. Reproducciones provisionales 4. Reproducciones para uso privado. La copia privada digital 4.1. La copia privada: antecedentes, fundamento y presupuestos 4.2. La copia privada en la DDASI 4.2.1. La reprografía en papel o soporte similar 4.2.2. La copia o reproducción para uso privado en cualquier soporte. La copia digital 4.3. La copia privada en la reforma española de 2006 5. La remuneración compensatoria por copia privada 5.1. La regulación preexistente 5.2. La nueva regulación: diferenciación entre los entornos analógico y digital 6. Reproducciones por bibliotecas y entidades del género 6.1. La regulación anterior 6.2. La excepción en la DDASI 6.3. La reforma del artículo 37 TRLPI IV. PANORÁMICA GENERAL DE LA CITA COMO LÍMITE AL DERECHO DE AUTOR EN INTERNET, por Antonio Castán Pérez-Gómez 1. Planteamiento inicial 2. La concepción tradicional de la cita como excepción al derecho de autor y su fundamento 3. El marco jurídico para la consideración de la cita en Internet 3.1. El artículo 5.3 letra d) de la Directiva 2001/29/CE de la Sociedad de la Información 3.2. El artículo 32 del TRLPI en la redacción dada al mismo por la Ley 23/2006, de 7 de julio 4. Consideración ad exemplum de algunos supuestos particulares 4.1. Perspectiva general 4.2. Links, hyperlinks, inline links, frames y spiders 4.3. Sound samples y clip trailers 4.4. Press clipping y revistas de prensa 5. Reflexiones finales V. UTILIZACIÓN DE TRABAJOS Y ARTÍCULOS PRONUNCIADOS EN PÚBLICO O DIFUNDIDOS POR LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN SOCIAL. AUTORIZACIONES Y REMUNERACIONES, por Susana Navas Navarro I. Configuración jurídica del límite a las facultades de explotación económica del autor contenido en el art. 33 LPI 1. La doctrina alemana de la gesetzliche Lizenz (licencia legal u obligatoria). Crítica 2. Nuestra opinión: dos negocios de cesión con diferente fuente 2.1. Cesión voluntaria de determinadas facultades de explotación económica. Importancia de la "reserva de derechos" (art. 33.1 LPI) 2.2. Cesión legal de determinadas facultades de explotación económica (art. 33.2 LPI) II. Concepto de medios de comunicación social III. Facultades de explotación económica

objeto de cesión 1. Obras respecto de las que se ceden las facultades de explotación económica 1.1. Trabajos y artículos sobre temas de actualidad 1.2. Obras del ingenio orales 2. Requisitos de las obras a los efectos de la aplicación del límite recogido en el art. 33 LPI 2.1. Obras originales 2.2. Obras divulgadas IV. La contraprestación en la cesión recogida en el art. 33.1 LPI 1. Acuerdo acerca de la contraprestación. Tarifas 2. Contraprestación equitativa V. Finalidad informativa como conditio iuris 1. Planteamiento previo 2. Encuadre de la finalidad informativa en la estructura del negocio de cesión VI. Conclusiones VI. LOS DERECHOS DEL USUARIO LEGÍTIMO DE BASES DE DATOS Y DE PROGRAMAS DE ORDENADOR, por José Miguel Rodríguez Tapia 1. Introducción: el uso de bases de datos y de programas de ordenador 2. La legislación interesada en estas materias. La legislación de propiedad intelectual 3. Objeto protegido según las leyes de propiedad intelectual 4. Propiedad intelectual sobre las bases de datos protegidas por el derecho de autor 4.1. Monopolio de los autores de bases de datos 4.2. Límites al monopolio sobre la base de datos: derechos del usuario legítimo 4.2.1. Límites derivados de la ley 4.2.2. Límites derivados de la concreta naturaleza de la base de datos 4.2.3. Usuario legítimo 4.2.4. El acceso al contenido de la base de datos: actos necesarios 5. Propiedad intelectual sobre bases de datos no originales 5.1. Monopolio del titular: el derecho sui generis 5.2. Excepciones al monopolio: derechos del usuario legítimo de una base de datos 6. Propiedad intelectual sobre programas de ordenador 6.1. Monopolio de explotación del titular del programa 6.2. Límites: derechos del usuario 6.2.1. Derechos del usuario de un programa atribuidos por ley 6.2.2. Derechos del usuario de un programa de ordenador atribuidos por contrato 7. Conclusión VII. OBRAS SITUADAS PERMANENTEMENTE EN VÍAS PÚBLICAS. LA FALTA DE ÁNIMO DE LUCRO COMO POSIBLE RESTRICCIÓN A LA LIBRE UTILIZACIÓN DEL ART. 35.2 TRLPI, por María Serrano Fernández 1. Introducción 2. Presupuestos legales de aplicación 3. La utilización permitida 4. La falta de ánimo de lucro. Posible restricción a la libre utilización prevista en el artículo 35.2 LPI VIII. AUTORIZACIÓN PARA EMITIR UNA OBRA Y LÍMITES QUE AQUELLA CONLLEVA PARA LOS DERECHOS DE AUTOR. TRANSMISIÓN POR CABLE, INCORPORACIÓN A PROGRAMAS DIRIGIDOS HACIA UN SATÉLITE, REGISTRO DE LA OBRA, por Joaquín Rams Albesa 1. Introducción 2. El objeto del presente estudio 3. La evolución del artículo 36 LPI y de su contexto normativo 4. Contenido material de la cuestión 5. Retransmisión vía satélite y aprovechamiento de la señal 6. Colofón IX. LA EJECUCIÓN DE OBRAS MUSICALES EN EL CURSO DE ACTOS OFICIALES Y RELIGIOSOS, por Raquel de Román Pérez 1. Introducción 2. Origen y justificación 2.1. Antecedentes 2.2. Fundamento 3. Elementos 3.1. El límite afecta a los compositores musicales, a los divulgadores de obras "inéditas" del dominio público y a sus cesionarios 3.2. Sólo están implicadas determinadas obras musicales y actos de explotación 3.3. La ejecución musical tendrá lugar en el curso de actos oficiales y ceremonias religiosas 3.4. Los artistas no percibirán una remuneración específica y el público asistirá al acto de forma gratuita 4. Estabilidad del límite dentro del actual contexto legislativo X. LA PARODIA DE OBRAS DIVULGADAS, por Isabel Espín Alba I. Notas introductorias 1. La parodia como género. Precisiones terminológicas 2. El reconocimiento legal de la parodia como excepción al derecho de autor II. La parodia en el TRLPI 1. Consideraciones generales 2. Requisitos de la parodia lícita ex art. 39 TRLPI 2.1. La existencia de una obra divulgada sobre la que recaiga derechos de autor 2.2. La ausencia de confusión 2.3. La ausencia de un daño a la obra original o a su autor III. A modo de conclusión XI. PERSPECTIVAS DE FUTURO EN TORNO A LOS LÍMITES DEL DERECHO DE AUTOR. LAS TENDENCIAS INTERNACIONALES Y LA POSICIÓN DE LA OMPI, por Víctor Vázquez López I. Introducción A. Concepto de Límite B. Limitaciones y Excepciones. Tipología y Justificación II. Marco internacional A. Convenio de Berna B. La Convención de Roma C. Los Tratados Internet III. Gestión electrónica de los derechos y limitaciones y excepciones IV. Actividades de OMPI en el marco de las limitaciones XII. EL ÁMBITO DE APLICACIÓN DE LA LEY COMO LÍMITE DE LOS DERECHOS DE PROPIEDAD INTELECTUAL, por Abel Martín Villarejo 1. Justificación del tema como límite de protección de las obras y derechos regulados en el TRLPI 2. Jerarquía y fuentes normativas sobre la materia 3. Principios y denominadores comunes del libro IV del TRLPI 4. El ámbito de aplicación de la ley española respecto

de los derechos atribuidos al autor: análisis del art. 163 del TRLPI 5. El ámbito de aplicación de la ley española respecto de los derechos atribuidos al artista: análisis del art. 164 del TRLPI 5.1. Ámbito de aplicación de la ley respecto de las interpretaciones audiovisuales 5.2. Ámbito de aplicación de la ley respecto de las interpretaciones musicales 6. El ámbito de aplicación de la ley española respecto de los derechos atribuidos a los productores, realizadores de meras fotografías y editores: análisis del art. 165 del TRLPI 7. El ámbito de aplicación de la ley española respecto de los derechos atribuidos a las entidades de radiodifusión: análisis del art. 166 del TRLPI 8. El ámbito de aplicación de la ley española respecto de los derechos atribuidos a los fabricantes o derechohabientes de las bases de datos: análisis del art. 167 del TRLPI 9. El caso relevante de las obras producidas en EEUU 9.1. Obras o grabaciones audiovisuales producidas en EEUU o creadas por autores o artistas de esa nacionalidad 9.2. Obras fonográficas producidas en EEUU o creadas por autores o artistas de esa nacionalidad 9.3. Algunas precisiones en torno a los canjes de notas diplomáticas entre España y EEUU 9.4. Legitimados para el cobro de los derechos que puedan generar en España titulares de producciones realizadas en EEUU

Whatever it takes? Kai-Oliver Knops 2021-11-16

Civil Liability in Europe for Terrorism-Related Risk Lucas Bergkamp 2015-10-13 Comprehensive and forward-looking analysis of civil liability for terrorism-related risk under international, EU and selected national tort laws.

Anuario de Derecho Civil (Tomo LXXIII, fascículo II, abril-junio 2020) Varios autores 2020-07-01 Esta publicación es de carácter trimestral. En cuanto a su Consejo de Redacción y Consejo Asesor, su director es Antonio Manuel Morales Moreno, y la secretaria la ejerce Nieves Fenoy Picón. El Anuario contiene monografías que realizan el estudio de temas y materias de derecho privado suscitados en muchos casos por la actualidad social y legislativa de nuestro país, a lo que se suman reseñas de los seminarios más destacables celebrados en el período correspondiente en el territorio nacional, y reseñas de la bibliografía más sobresaliente disponible en el mercado editorial. A lo anterior se añaden relaciones o repertorios de decisiones relevantes del derecho comunitario y menciones de pronunciamientos del Tribunal Superior de Justicia de la Unión Europea. Finalmente, se incorporan resúmenes de fallos dictados por el Tribunal Supremo, con una precisa identificación de las materias afectadas.

Proa 1997

Kartellrechtliche Innovationstheorie für digitale Plattformen Sebastian Louven 2020-11-01 Die vorliegende Arbeit untersucht zum einen das Verhältnis zwischen Kartellrecht und Datenschutzrecht, wie es auch Gegenstand des Facebook-Beschlusses des BGH war, zum anderen das Verhältnis von Innovation und Kartellrecht. Im Kontext der Dynamik des Wettbewerbs und der Bedeutung von Wissen in der Informationsgesellschaft formuliert sie eine Theorie zur Findung kartellrechtlicher Entscheidungen unter Unsicherheit und Dynamik. Die daraus resultierende materielle Abwägungslehre bezieht die wirtschaftsverfassungsrechtlichen Grundrechte und Grundfreiheiten ein, die als wahrgenommene tatsächliche Entfaltungsfreiräume für Innovation stehen können.

Manual de informaciones Argentina. Ejército 1995